

O nascimento dos sindicatos rurais e o sindicalismo comunista no Paraná ¹

Oswaldo Heller da Silva

Introdução

O surgimento de organizações de representação da população rural, envolvendo lutas sociais e candidatos a porta-vozes dos trabalhadores, ocorridos a partir do final dos anos 40 no estado do Paraná, é que se pretende aqui examinar. O estudo do momento de constituição do movimento sindical no campo ganha relevância não só devido à rara literatura existente sobre o tema, em função também do mito criado pelo sindicalismo oficial, que ignora e queria fazer ignorar este período inicial do sindicalismo, mas sobretudo graças às lições que podem ser tiradas e talvez assim contribuir para a compreensão dos dilemas atuais vividos pelo sindicalismo.

Com a ocupação rápida e desordenada da região de Porecatu, no norte do Paraná, um conflito em torno da posse da terra no final da década de 40 permitiu o início da implantação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo. Juntamente, deu-se a criação dos primeiros organismos de representação coletiva dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, as chamadas “ligas camponesas”. A partir do sufocamento da guerrilha de Porecatu pelas forças de repressão, os militantes comunistas remanescentes servirão de elo ao posterior desenvolvimento das “Uniãoes Gerais de Trabalhadores”, organismos de tipo sindical - arrematando indistintamente grupos sociais rurais e urbanos. Apesar da feroz resistência dos patrões, o sucesso alcançado junto à população rural, particularmente colonos das fazendas de café, impôs o desmembramento destas Uniãoes ecléticas e a constituição dos primeiros sindicatos especificamente agrícolas.

¹ Este texto é uma versão resumida de parte de minha tese de doutorado intitulada "Communistes et anticommunistes : l'enjeu du syndicalisme agricole dans l'état du Paraná - de 1945 à la fin des années 70", defendida na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris em 2 de julho de 1993. Ele foi publicado em: VILLALOBOS, Jorge(org). Geografia social e agricultura. Maringá, EUEM, 2000. As fontes utilizadas foram: entrevistas com aqueles que viveram os acontecimentos, jornais da época, documentos dos sindicatos e arquivo do DOPS do Paraná.

Sempre sob a iniciativa dos comunistas, a proliferação sindical no campo e a formação da primeira geração de dirigentes sindicais rurais mexeu com interesses poderosos, sobretudo das oligarquias rurais e da Igreja Católica. Esta última, com o apoio das primeiras, decide assim entrar na corrida pela sindicalização dos trabalhadores rurais, constituindo o seu próprio movimento sindical: a Frente Agrária Paranaense. Mas os comunistas vencerão este primeiro embate pela hegemonia da representação dos trabalhadores do campo. A região norte do estado constituiu-se, assim, no berço da organização sindical da população agrícola do Paraná. Entretanto, o golpe militar de abril de 1964 varrerá, definitivamente, os adeptos do PCB da paisagem rural.

Em que pese a quase ausência de organização profissional, sindical e mesmo política no meio rural do estado, na virada dos anos 40 para os anos 50, ocorreu a formação de ligas camponesas. Entretanto, elas foram exceção. Sua aparição bem como o seu rápido desaparecimento por volta de 1951 –inesperado e pouco claro– deixaram muitas questões em aberto. As evidências indicam que a repressão policial que se abateu sobre a guerrilha de Porecatu sufocou, ao mesmo tempo, estas ligas animadas pelo Partido Comunista Brasileiro. Assim, esta primeira tentativa comunista de mobilização da população rural no Paraná aparentemente foi interrompida.

O aparato policial e militar havia cumprido seu objetivo: dispersão e desarticulação dos camponeses rebeldes e aniquilamento das ligas. Todavia, o pesado dispositivo utilizados pelas forças de repressão não chegou a desmontar de fato a organização do PCB na região. Afora algumas perseguições, algumas detenções e processos judiciais sem maiores conseqüências, a organização de base e as relações de confiança junto a algumas camadas sociais pobres do campo e mesmo as ligações com círculos do poder local foram preservadas. A máquina de repressão policial e o discurso radical anticomunista das elites não conseguiram – ou curiosamente não quiseram – desenraizar o debutante Partido Comunista no setentrião paranaense.

Deste modo, sem delongas os militantes comunistas retomaram o trabalho de implantação do “Partidão” entre as camadas menos favorecidas, nesta região ainda essencialmente rural. Progressivamente, recomeçou a distribuição de panfletos e

jornais, a busca de adesão de trabalhadores do campo e as reuniões nas fazendas. Ora, não demorou para que esta efervescência social no meio rural provocasse preocupação, irritação e clara reação no seio das elites políticas, da grande imprensa, das forças policiais e do clero.

Não obstante, agora o PCB havia transformado suas táticas e sua estratégia política. O extremismo do Manifesto de Agosto de 1950 (que propunha a luta armada), os guerrilheiros de Porecatu, as ligas camponesas, tudo isto pertencia ao passado. Agora, sua ação política pautava-se na conciliação e no legalismo. As antigas táticas radicais tinham sido esquecidas e enterradas.

Neste momento, o PCB dizia que “o caráter semi-feudal e semi-escravista da sociedade brasileira” e “as tarefas não cumpridas da revolução burguesa” colocavam a necessidade de uma “revolução democrático-popular, de natureza anti-imperialista e agrária anti-feudal”. De agora em diante, os grandes inimigos eram o “imperialismo e o latifúndio. O partido não devia mais lutar contra a burguesia brasileira – dita “nacional”- esta não merecia mais ser vista como adversária. Stalin ensinava: “não convém sobrecarregar a revolução com todas as tarefas de uma só vez”. Ao contrário, é melhor “concentrar o fogo sobre o inimigo mais forte”.

Munidos desta doutrina mais conciliadora e moderada em relação às elites “nacionais”, os comunistas batalhavam para construir organizações mais adaptadas à legislação existente, mais susceptíveis de serem assimiladas institucionalmente e legitimadas socialmente. No lugar dos bandos rebeldes e das ligas camponesas, foram propostos uniões e sindicatos. Primeiro foi a vez das “uniões gerais de trabalhadores”, em seguida vieram os “sindicatos de trabalhadores rurais”(entrevistas 1 e 2). A formação destes organismos, sob o comando do PCB, desencadeará um movimento de reação dos grupos dominantes, contribuindo assim para a formação de um novo campo de conflitos e lutas sociais. Porém, este processo de organização de camponeses no Paraná continua ainda hoje muito pouco conhecido, só agora começam a aparecer pesquisas sobre este assunto.

As primeiras organizações sindicais

O fraco desenvolvimento da região não havia ainda permitido a criação de organismos sindicais e profissionais no meio urbano. Este fator, aliado à ausência de órgãos similares da população rural, provavelmente tenha conduzido o Partido Comunista a propor uma modalidade ampla de organização a todos os “trabalhadores”, sejam eles da cidade ou do campo. Assim, desde os primeiros anos da década de 50, começaram a se formar entidades chamadas uniões gerais de trabalhadores (UGTs), que logo se espalharam por todo o norte do Paraná.

Entre os seus associados, estes organismos contavam com cidadãos como operários da construção civil e da indústria nascente, empregados do comércio, bancários, funcionários públicos e pequenos comerciantes. Mas sobretudo deles participavam pessoas da roça, como colonos, assalariados agrícolas, trabalhadores de empreitada, parceiros, posseiros, pequenos arrendatários e proprietários. Em consequência, estas “uniões de trabalhadores” acolhiam sob a denominação de “trabalhadores” os mais variados tipos de empregados, de produtores independentes e também de pequenos empresários e patrões. Observa-se, portanto, que o termo “trabalhadores” era aqui utilizado num sentido bastante amplo, para não dizer elástico. A formação ainda incipiente dos grupos sociais seria o motivo principal da constituição destes organismos tão heterogêneos. Aqueles que desejassem “contribuir com serviço ou financeiramente” eram aceitos “na qualidade de sócio benemérito”. As UGTs se pretendiam isentas de caráter “político-partidário e religioso”(entrevista 3).

Graças à sua vocação sindical, estas uniões se propunham a “defender intransigentemente as reivindicações da classe operária”, com o objetivo “de melhorar suas condições de vida, de trabalho, de liberdade, de saúde e de educação; de promover assistência médica e hospitalar, assistência jurídica e o conhecimento da legislação do trabalho e da Constituição Federal; de alertar os trabalhadores sobre os empregadores que não pagavam férias, horas extras e o descanso semanal. A exigência do cumprimento da legislação existente estava muito presente neste princípio de sindicalismo rural.

Para colocar em evidência o caráter “proletário” destes organismos, o 1º de maio era a ocasião de comemorar “o dia do trabalhador”, “a jornada internacional dos trabalhadores”. Assim, em 1956, a UGT de Londrina organizou uma “concentração de trabalhadores do campo”, na sede da União. Em seguida ocorreu um “encontro solene dos trabalhadores do campo e da cidade”, na Praça Primeiro de Maio, onde Manoel Jacinto, David Marujo, entre outros dirigentes sindicais, falaram sobre “a anistia ampla, os direitos dos trabalhadores do campo e o salário mínimo previsto em lei”. No final, uma passeata de mais de duas mil pessoas se dirigiu ao Cine Marabá para escutar os discursos de Flávio Ribeiro e de Clarice Valença, chefes comunistas locais. No ano seguinte, no Cine Horizonte de Maringá, novas “atividades cívicas”, festividades e provas esportivas marcaram o Dia do Trabalhador.

Em relação aos colonos das fazendas de café, reclamava-se “um pedaço de terra para plantar” e para “criar um porco, uma vaca”, assim como o direito de fazer culturas intercalares no cafezal. Para os assalariados agrícolas demandava-se o pagamento regular e o salário mínimo. Um exemplo: A União interveio na fazenda Palmital, em Iretama, onde algumas dezenas de trabalhadores viviam sob um “verdadeiro sistema de campo de concentração”. Até para ir ao banheiro eles tinham “a carabina apontada pra cabeça”. Não recebiam nada, e alguns foram mortos e enterrados no local. Por fim, as UGTs também promoviam atividades lúdicas para os seus associados, como bailes, futebol, corridas de bicicleta e à pé, concursos de violão e de dança, e projeção de filmes.(entrevista 3)

A completa ausência de organismos de representação das classes sociais menos favorecidas é que permitiu aos militantes comunistas construir estas “Unões Gerais de Trabalhadores”. Elas foram as primeiras entidades de tipo sindical na zona rural do Paraná, embora o caráter ainda rudimentar e singelo de sua organização.

No aspecto jurídico, as UGTs se apresentavam como associações de direito civil, que tinham um simples registro em cartório. Portanto, formalmente elas não eram organismos sindicais, pois não tinham autorização do Ministério do Trabalho

(entrevista 3). A vocação sindical destes órgãos decorria do seu papel social e não de sua forma institucional.

Apesar da sua linguagem relativamente moderada e de suas ações “bem comportadas”, as “uniões gerais de trabalhadores” não ganharam a simpatia de todos, suscitando até reações hostis. O assistencialismo e o legalismo eram as marcas principais da intervenção destes organismos principiantes. Todavia, a simples defesa das leis trabalhistas já era suficiente para inquietar setores do patronato, que se manifestavam na imprensa e nas câmaras municipais. Isto ocorreu com a União dos trabalhadores de Maringá que, acusada de “comunista”, enfrentava dificuldades em obter recursos do governo municipal. E seus membros camponeses eram definidos como “caipiras, ignorantes e bêbados”. A UGT se queixava de O Jornal: um “pasquim” que “combatia os trabalhadores e suas organizações” e “só defendia aqueles que mais podiam pagar”. De fato, o dono do jornal havia solicitado ao DOPS do Paraná uma lista dos comunistas “infiltrados” na União. Por seu lado, a polícia local, sob pressão de seus superiores e das elites, também se inquietava. A polícia de Maringá pretendia fazer uma “batida total” na sede sindical. Em Campo Mourão, os policiais foram encarregados de obter da UGT “as informações necessárias sobre seus dirigentes e também de suas atividades”.

Assim como no conflito de Porecatu, Londrina mais uma vez teve o papel irradiador. Graças à iniciativa dos comunistas, a União Geral de Trabalhadores daquela cidade foi a primeira a ser fundada. José Rodrigues dos Santos - quadro do PCB na época - conta, no entanto, que esta UGT se limitava a atividades de lazer(entrevista 4).

À moda de Londrina, em 8 de abril de 1956, Maringá cria sua União Geral de Trabalhadores. José Rodrigues muda-se expressamente de Londrina para Maringá e torna-se o primeiro presidente da entidade. Prova de seu sucesso, 10 meses após, a UGT já contava 1.571 filiados. Por volta de 1957, sob o comando de Antônio Mendonça Conde, uma extensão da organização foi fundada na cidade vizinha de Mandaguari (entrevistas 5 e 4).

A União de Campo Mourão teve importância não desprezível. Criada em 14 de fevereiro de 1960, ela chegou a atingir “alguns milhares de membros”.(entrevista 3)

Pouco a pouco, estes organismos ecléticos vão se espalhando pelo norte, mas igualmente em direção à região oeste do estado. É deste modo que surgiram UGTs também em Cabirú, Nova Esperança, Paranavaí, Loanda, Goioerê, Querência do Norte e Cascavel (entrevista 3).

O balanço que se pode fazer destas Uniões é positivo, concluiu Moacyr Ferraz, um de seus principais animadores. Graças ao largo campo de atividades destas entidades, os sindicalistas tiveram a chance de “tomarem consciência de vários problemas de muitas categorias profissionais”. Portanto, a diversidade de categorias sócio-profissionais e de camadas sociais, mais que fonte de problemas, representava uma oportunidade de interconhecimento. Com relação ao desenvolvimento regional, a UGT de Campo Mourão teve “um papel muito importante”, “tranqüilizando a população”, estabilizando “até um certo ponto” a região. Os agricultores puderam plantar, colher seus produtos sem excessivas dificuldades. Assim, o município pode “florescer e crescer”(entrevista 3).

Na ausência de uma orientação nacional precisa do Partido Comunista, seus militantes locais eram obrigados – ou tinham a chance – de se virarem sozinhos. Estes momentos de autonomia e de criatividade dos militantes do Paraná é que permitiram o surgimento das UGTs. Também é verdade que, durante os anos 50, o Partido não possuía uma política clara voltada para o campo. Os comunistas dispunham somente de palavras-de-ordem gerais e genéricas como “criar associações, ligas, uniões, sindicatos e etc.”. Assim, tudo leva a crer que as “uniões gerais de trabalhadores” foram um fenômeno específico do Paraná, pois não observou-se modelo similar de organização em outras regiões do país.

É preciso salientar ainda que, sob uma aparente homogeneidade, cada União tinha uma maneira singular de se inserir na sociedade, sujeita às pressões das forças políticas locais, de sua base social e das características de suas lideranças.

A título de exemplo e de maneira esquemática, comparemos as práticas das UGTs de Londrina, Maringá e Campo Mourão. Enquanto a primeira se consagrava essencialmente à diversão e ao conagraçamento de seus associados, a segunda cobrava a aplicação das leis trabalhistas e a terceira se envolvia seguidamente em conflitos

mais graves pela posse da terra. O presidente desta última União se pronunciava contra as “posições radicais como a luta armada”, explicando que a sua “luta passava pela organização legal” dos camponeses, mas “não era legalista”. Este discurso parece contraditório com relação às posições radicais efetivamente assumidas pela UGT de Campo Mourão. Porém, é preciso assinalar, primeiro, que esta organização viveu o ambiente político do início dos anos 60, muito mais conflituoso do que nos anos precedentes; segundo, nos arredores de Campo Mourão a luta pela terra era mais acentuada que nas regiões mais ao norte do estado (entrevista 3). Portanto, da primeira à terceira entidade, é visível o crescimento do radicalismo das práticas políticas.

Ao constituir estas organizações, o Partido Comunista reatava seus laços construídos, desde a guerrilha de Porecatu, com os camponeses e os trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, o Partido tentava estabelecer uma aproximação com outros grupos sociais oprimidos. Em que pese as limitações impostas pela clandestinidade (o PCB era considerado ilegal), os comunistas buscavam se afirmar enquanto uma força emergente na política paranaense. A formação das “uniões gerais de trabalhadores”, devido a sua composição social heterogênea, significava o início da construção de uma concepção política da expressão “trabalhadores”. Era a primeira vez que os comunistas utilizavam do conceito de “classe trabalhadora” de uma maneira mais sistemática, para designar o conjunto dos grupos sociais desfavorecidos, urbanos e rurais. Esta concepção genérica de “trabalhadores” não fazia ainda parte de uma política deliberada. Porém, ao longo do processo de desenvolvimento do sindicalismo, a palavra “trabalhadores” ganhará uma conotação política globalizadora, primeiro através do discurso do PCB, depois será incorporada pelo governo, para em seguida “cair na boca do povo” se legitimando socialmente.

Até o golpe militar de 1964, as UGTs provocarão todo o tipo de oposição: da repressão oficial dos militares à repressão oficiosa de grupos para-militares, da reação patronal à contra-ofensiva da Igreja. Algumas Uniões desapareceram mesmo antes de 1964. A medida que sindicatos específicos eram criados nas diferentes categorias profissionais, estas categorias eram desligadas da UGT. Assim, estes organismos sindicais polivalentes davam lugar, progressivamente, ao sindicalismo por ramo de

atividade. Deste modo, seguindo as ligas camponesas, mas com uma postura menos radical, as “uniões gerais de trabalhadores” contribuíram para o enraizamento comunista no norte do Paraná, arregimentando os ‘trabalhadores’ do campo e da cidade. Além disso, as UGTs permitiram a formação de um novo grupo de lideranças comunistas – pós-Porecatu – dos quais uma parcela será de origem camponesa. Ao mesmo tempo, as Uniões irão constituir uma base sólida para a criação, em escala mais ampla, dos sindicatos rurais.

Os sindicatos comunistas no Paraná

No Paraná, até meados dos anos 50, não existiam sindicatos de pequenos agricultores e de assalariados rurais. Entretanto, os problemas sociais no campo eram inúmeros: grilagem de terras, não observância das leis trabalhistas, desrespeito aos contratos de arrendatários e parceiros, violências de toda a sorte. Nas fazendas, imperava “realmente a escravidão”, dizia um sindicalista. O ambiente de insatisfação favorecia o “Partidão” que, pouco a pouco, via aumentada a sua audiência junto à população rural. Já em 1952, quando o médico Dirceu Galli aderiu ao partido em Maringá, este já “tinha se infiltrado no campo” de maneira considerável (entrevistas 6 e 5). Paralelamente, as “uniões gerais de trabalhadores” ganhavam importância. Isso, em reação aos ataques e à coação constante imposta pelos grupos dominantes ou diretamente pelos órgãos de repressão.

Contudo, as UGTs tornavam-se, progressivamente, muito pequenas e pouco ágeis para enfrentar ao leque de demandas crescentes. Sem tardar, os militantes comunistas tiveram que desmembrar as “uniões de trabalhadores”. Segundo Gregório Parandiuc, antigo militante, o sindicato era uma necessidade:

“Naquela época, tínhamos necessidade do sindicato, por que ... o cara pegava o trabalho, não tinha nenhum contrato ... era oral, isto trazia problemas”. (entrevista 1)

Assim nasceram os primeiros sindicatos de lavradores e de trabalhadores agrícolas do estado do Paraná que, certamente, figuraram entre os primeiros sindicatos camponeses criados no Brasil. Eles darão impulso a uma formidável onda de sindicalização que invadirá, no início dos anos 60, o meio agrícola brasileiro.

Londrina e Maringá: os precursores

Após os episódios de Porecatu, o PCB não tardou a retomar sua atividade política na região, e a cidade de Londrina manteve-se sempre estrategicamente como sua base de comando. Aqui e acolá ocorreram algumas substituições de militantes comunistas, mas os líderes da época do conflito, sediados em Londrina, como Newton Câmara, Manoel Jacinto e Flávio Ribeiro, permanecerão à frente do movimento de organização no campo.

Nesta época, o PCB encorajava os assalariados das fazendas a lutar por uma remuneração em dinheiro, opondo-se ao “boró”, espécie de vale cunhado pelo fazendeiro, aceito unicamente dentro daquela fazenda. O trabalhador não podendo, gastar o “boró” em outro lugar, via-se obrigado a fazer todas as suas compras no armazém do proprietário.

Trabalhando na fazenda Eldorado, nos arredores de Londrina, José Rodrigues dos Santos estava na linha de frente do Partido na zona rural.

“Em Eldorado nós já tínhamos feito um movimento ... uma greve contra o boró ... Os Esguario, eles utilizavam o boró ... Eles pagavam 10%, 20% ao pessoal, de 90 em 90 dias, e todo o resto era em bônus. Então, nós começamos uma luta contra o boró ... nós cuidávamos de um milhão de pés de café ... No dia do pagamento, eles só pagavam em boró ... Eu mobilizei as mulheres, não os homens! Eu reuni doze delas e dei um soco no balcão. Elas saltaram para trás do balcão, deste jeito, e o senhor Raul foi obrigado a pagar em dinheiro. Um pouco em boró, um pouco em dinheiro. Um pouco de boró, um pouco de dinheiro.”(entrevista 4)

Em seguida, José dos Santos mudou-se para a Fazenda Santa Helena, onde ele dirigiu uma outra mobilização:

“Eu organizei um movimento ... por melhores condições de vida. Não deixavam a gente plantar, cortavam as plantas ... melancia, abóbora, tomate, todas aquelas que cresciam no cafezal. O fazendeiro não deixava ... Um dia, eu cheguei ... os colonos estavam reunidos para fazer uma limpeza, para cortar todas as coisas ... Eu era empreiteiro da fazenda ... Eu disse: ‘Aquele que não luta contra isso, contra esse absurdo ... não é digno de ser pai de família’. ... Eu revolucionei o pessoal, o pessoal se agitava ... Então, dois colonos puxa-saco ... contaram (ao proprietário) ... À noite, ele foi à minha casa: ‘Você quer comandar a minha fazenda?! Promover a agitação?!’ ‘Não, a fazenda é sua, mais eu quero respeito’. Ele tentou me convencer que isto, a Reforma Agrária que eu pregava, que ela não ia dar certo, ... que não tinha resolvido nada no México, na China, na Rússia ... que eu me confundia ... Eu disse: “O.K., esta é a sua idéia, mas a minha é que a idéia da Reforma Agrária é válida”. Eu me livreí ... e um dia eu pedi demissão.”(entrevista 4)

Todavia, em pouco tempo, devido à coação dos fazendeiros, este militante se viu obrigado a deixar o trabalho agrícola, e foi se estabelecer na cidade, em Londrina. Mas o campesinato permaneceu seu setor de atuação. Afim de não perder o contato com a população rural, José Rodrigues percorria as fazendas, vendendo remédios, roupas, fazendo fotografias, distribuindo panfletos e jornais.(entrevista 4)

A partir deste trabalho político no campo, os comunistas de Londrina deram mais um passo para organizar os trabalhadores da agricultura. Desta vez, pretendia-se arregimentar estes trabalhadores em um organismo autônomo, de forma independente dos grupos sociais urbanos. Assim, em 29 de janeiro de 1956, no Cine Avenida, os militantes do PCB convocaram a população pobre do campo para a fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Rurais de Londrina. Mais de dois mil trabalhadores responderam ao apelo. “Algumas pessoas ficaram do lado de fora”. Para a direção da entidade foram escolhidos: José Onofre Borges, para presidente; Valdevino Madeira, para secretário; Odilon Martina, para tesoureiro; Manoel Jacinto Corrêa, para presidente do conselho fiscal; Miguel Tostaresli e José Pereira da Costa, como membros do conselho fiscal. (entrevista 4)

O Cine Marabá teve que ser alugado por oito meses para sedear as reuniões, daquele que seria o primeiro sindicato de lavradores e assalariados rurais do Paraná (e o sexto do Brasil). Segundo a polícia, a cidade de Londrina tornava-se o local de reuniões de “colonos revoltados”, que recebiam “instruções para a luta de classes contra os patrões”. Em apenas 6 meses de existência do sindicato, atingiu-se a cifra extraordinária de 18 mil filiados. Ônibus lotados de colonos das fazendas de café chegavam ao sindicato. Filas de 200 a 300 pessoas se formavam para aderir ao sindicato. 10 a 12 pessoas eram necessárias para fazer as filiações. Não havendo concorrentes, este sindicato logo extrapolou os limites de Londrina, transformando-se em sindicato agrícola de toda a região norte (entrevistas 4 e 5). As elites mais alarmistas falavam em 40.000 trabalhadores sindicalizados:

“Começa então uma loucura generalizada. Das terras dos municípios de Iporã, Sertãoópolis, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, centenas de pessoas, diariamente, dirigiam-se à Londrina. São os colonos que querem filiar-se no ‘sindicato’”.

Sem tardar, outros lugares seguiram o exemplo de Londrina. Neste momento, Maringá já dispunha de uma União Geral dos Trabalhadores. Os 100 km que a separam de Londrina foram percorridos rapidamente e o sindicalismo invadiu as fazendas e os sítios, os cafezais e os canaviais. Em poucos meses, o setor dos trabalhadores agrícola se separou da União. Assim, ainda no ano de 1956, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá foi fundado, sendo o primeiro, de uma longa série, com esta denominação. O conceito globalizador de “trabalhador”, já utilizado pelas UGTs, foi aqui retomado. Deste modo, a expressão “trabalhadores rurais” abrigava todas as camadas da sociedade rural, excluindo-se é claro os fazendeiros. Aos poucos, esta noção excessivamente abrangente de “trabalhador rural” foi se institucionalizando, tornando-se praticamente consensual, sendo incorporada ao vocabulário sindical e mesmo governamental.

Uma reunião de aproximadamente 180 pessoas, no Cine Horizonte, formou uma comissão provisória para a direção do sindicato, tendo como presidente Chico - um assalariado agrícola. Contudo, neste momento o jovem sindicato agrícola de Maringá ainda estava vinculado à UGT, dividindo o mesmo teto. Durante 3 meses, a

primeira diretoria, foi composta por Manoel Barreto, Zé Seguro, Gregório Parandiuc e Barbosa, liderados por José Rodrigues dos Santos - deslocado de Londrina e até então presidente da UGT. (entrevistas 1, 2 e 4)

Sob à direção do Partido Comunista, o sindicato nasceu graças à iniciativa de Bonifácio Martins, um militante local e pequeno comerciante de vestuário. Apesar desta obediência ao partido, a entidade se pretendia aberta em termos de religião e política. Embora não comparável ao caso de Londrina, o sindicato de Maringá passou por um crescimento bastante acentuado, logo contando com 4 mil sindicalizados, tornando-se em 1961 “a mais forte organização rural do Paraná”. (entrevista 7)

O maior empreendimento do sindicalismo comunista em Maringá foi sem dúvida o Palácio Sindical. Tratava-se de um local para o encontro de sindicalistas, reuniões, eventos, produção cultural, discussão ideológica e, sobre tudo, para a afirmação política frente aos adversários. Fundado em 1963, sob o comando de José Rodrigues, o Palácio era apoiado por “todos os sindicatos legalizados de Maringá” - “13 ou 12 organizações”. Entre estas contava-se os sindicato dos trabalhadores rurais, dos empregados do comércio, dos bancários, dos trabalhadores da construção civil, dos ensacadores e carregadores de café, dos metalúrgicos, a associação dos cabeleireiros e a associação das mulheres. Porém, no dia primeiro de abril de 1964, os militares fecharam o Palácio dos sindicalistas, pondo fim ao sonho comunista de união sindical: “reunir, juntar todo o mundo, para começar a falar a mesma língua”. (entrevistas 7, 4 e 5)

A proliferação dos sindicatos

A onda de formação de sindicatos que se iniciou em Londrina e Maringá logo alcançou outros municípios como Nova Fátima, Cornélio Procópio, Apucarana e Centenário do Sul. Afastado a apenas 50 km, o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Nova Fátima, conforme o nome indica, era praticamente uma extensão daquele de Londrina. Sob a presidência de Manoel Carlos de Souza, a entidade de

Nova Fátima contava com Manoel Janjão Filho e Vítor Volpi para o trabalho de propaganda nas fazendas.

Localizado na região que tinha sido atingida pela guerrilha de Porecatu, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Centenário do Sul, fundado ainda em 1956, provavelmente seja uma herança do movimento de guerrilha. Contudo, esta organização não resistiu aos desafios da conjuntura e desapareceu, para ressuscitar em 26 de maio de 1963. Naquele dia, uma assembléia formal reuniu-se para solicitar o reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho. Cerca de 90 pessoas aprovaram um estatuto para a entidade e elegeram uma diretoria provisória, integrada por: Regino Alves de Almeida (presidente), Sebastião Júlio da Costa (secretário), Armando de Souza (tesoureiro), Juvenal de Oliveira, Joaquim Lopes Sobrinho e João Siqueira de Oliveira (membros do Conselho fiscal).

Em 1961, chegou a vez do município de Mandaguari. Antônio Conde, então encarregado da UGT de Mandaguari e presidente do sindicato agrícola de Maringá, cedeu este posto a José Rodrigues, para ficar disponível para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari e tornar-se seu presidente (entrevista 54). Antônio Soares assumiu a secretaria da organização. O crescimento desta entidade foi bastante peculiar. O padre da Igreja local - com de resto toda a Igreja Católica do Paraná daquela época - combatia abertamente os comunistas e seus sindicatos. Mas, em Mandaguari, a pregação católica não conseguiu desencorajar a população e, até mesmo, acabou curiosamente estimulando a adesão dos adventistas ao sindicato.(entrevista 5)

Em seguida, os sindicalizados do município de Jandaia do Sul, que antes estavam ligados ao sindicato de Mandaguari, separaram-se deste e criaram sua própria organização, em 16 de setembro de 1962: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Jandaia do Sul. No dia 11 de março do ano seguinte, Agenor Messias da Silva (presidente), José Sonni e João Soares Filho foram escolhidos para a primeira diretoria efetiva da entidade. Normalmente, a representação local do PTB decidia sobre a composição da diretoria. Pouco a pouco, esta colaboração entre comunistas e trabalhistas irá se estreitar ainda mais. (entrevista 5)

Portanto, o sindicato de Londrina fracionou-se dando origem ao de Maringá, que por sua vez levou à formação daquele de Mandaguari, este último resultou no sindicato de Jandaia do Sul... e assim por diante. Rapidamente, as organizações sindicais multiplicaram-se em todas as direções nestas terras rochas do norte do Paraná até atingir, segundo José dos Santos, a cifra de 86 sindicatos de agricultores e assalariados rurais fundados pelos comunistas, às vésperas do golpe militar em março de 1964. Além do sindicalismo agrícola, os militantes rurais do PCB também estimularam a criação de cerca de 100 sindicatos de outras categorias de trabalhadores, especialmente urbanos. (entrevistas 8, 7, 4 e 3)

O êxito do sindicalismo de inspiração comunista, no entanto, foi duramente criticado por seus adversários políticos, principalmente pela Igreja Católica. Apesar de reconhecer a vitória dos comunistas na corrida pela sindicalização no Paraná, os cristãos os acusavam de terem se utilizado de métodos fraudulentos. Assim, segundo os católicos, para a fundação dos sindicatos, eles reuniam “20 ou 30 pessoas” que, às vezes, nem pertenciam à localidade. Eles criavam vários sindicatos de uma só vez: “agora eles estão em Jandaia, daqui há três horas estarão em Cambira” e assim por diante. Conta a Igreja que, das assinaturas coletadas durante a assembléia, “70% eram falsificadas”. Para uma reunião de 70 ou 80 pessoas, eles declaravam a presença de 700 participantes. (entrevistas 9, 10 e 11)

Com o objetivo de valorizar a sua organização, os sindicalistas do PCB informavam ao Ministério do Trabalho que esta continha: advogado, hospital, médicos, equipamentos de raios X, armazém de sementes, farmácia, ambulância e “mais mil coisas”. Na verdade, não dispunha de nada, nem mesmo “a sombra disto”. Portanto, aos olhos dos filhos de Deus, este órgão não passava de um “sindicato de malandros, não autêntico”. (entrevistas 9, 10 e 11)

Sindicato de trabalhadores rurais, direção de pequenos proprietários

A composição da base social desta primeira geração de sindicatos rurais do Paraná mostrava-se muito parecida de uma entidade para outra. De forma geral, estes

organismos sindicais - apesar das diferentes denominações - apresentavam-se como representantes de todos aqueles que viviam em sua região e se enquadravam na grande categoria dos “trabalhadores rurais”. Resultado: a base do sindicato era extremamente heterogênea, compreendendo ao mesmo tempo assalariados agrícolas de todos os tipos, posseiros, meeiros, pequenos arrendatários e pequenos proprietários. O que poderia levar a pensar que as diretorias sindicais também fossem igualmente heterogêneas. Nada disso. Desde a sua criação, o sindicalismo rural do Paraná se apresentou composto por um corpo de sindicalizados diversificado sob uma direção, mais ou menos homogênea, de pequenos proprietários de terra. Ou seja, uma organização com uma base heterogênea comandada - ou dominado - por um grupo de proprietários. Cena comum no norte do estado: enquanto o assalariado dava duro nos cafezais, seu representante sitiante defendia “seus interesses” e “seus direitos” enfiado no sindicato dos “trabalhadores rurais”. Fato que, com algumas variações, se repete até os dias de hoje.

Em 1960, a base potencial do sindicalismo rural do norte do Paraná era constituída aproximadamente de 25 % de pequenos proprietários (de 0 a 50 ha), 0,6 % de posseiros, 4 % de meeiros, 9 % de arrendatários e 61 % de assalariados. Porém, esta composição nunca se reproduziu nas diretorias sindicais. A justificativa para isto era, de um lado, que a propriedade agrícola - ainda que pequena - funcionava como uma espécie de retaguarda, deixando o sitiante mais independente, mais à vontade, mais livre para as tarefas sindicais; por outro lado, estes pequenos proprietários seriam mais interessados e dedicados ao sindicalismo, graças as suas melhores condições econômicas e culturais. Vejamos o caso de Maringá:

“o sindicato decolou, começou a sua caminhada... quando eu tomei a direção, porque eu tinha o apoio dos pequenos proprietários. Na diretoria, eu era o único assalariado. O resto era tudo proprietário nossa diretoria era uma diretoria de pequenos proprietários. Isto fortaleceu, isto viabilizou ... e ... deu vida ao sindicato. Porque ele (o pequeno proprietário) não se deslocava. E tinha muito interesse em aprender e nós tínhamos muitas coisas a ensinar... Ele tinha também interesse de ensinar aos seus filhos”. (entrevistas 7 e 4)

Mais do que uma distância econômica em relação ao restante dos trabalhadores rurais, estes dirigentes sindicais pertenciam a um grupo social específico, diferente do conjunto da maioria dos associados. Estas diferenças entre a condição social da base e a direção do movimento trazia consigo outras diferenciações importantes em termos dos interesses imediatos, das estratégias políticas ou mesmo dos projetos ideológicos. Entretanto, estas diferenças sociais no seio do sindicato comunista não chegaram a ter tempo de colocar-se como um problema para este sindicalismo nascente. O golpe do 1964 interrompeu o desenvolvimento destas organizações.

Sindicato rural, modelo urbano

Quando este sindicalismo se instalou nas áreas rurais, os comunistas brasileiros não levaram suficientemente em conta as particularidades do meio rural. Tudo indica que as peculiaridade do meio ambiente e as características próprias das camadas sociais do campo não estimularam uma discussão mais aprofundada, nem tomadas de posição específicas sobre o assunto dentro do Partido. Assim, o PCB aplicou, sem modificações, a receita de sindicalismo que já vinham implantando há algum tempo nas grandes cidades. Desde a sua constituição, estes sindicatos rurais foram marcados por características urbanas, quer na sua estrutura, nas suas ações, quer no seu programa político. Esta falta de inventividade, inércia ou conservadorismo podem ser atribuídos a um conjunto de fatores. Antes de mais nada, o “Partidão” se pretendia herdeiro da tradição marxista-leninista, onde a classe operária industrial desempenharia o papel dirigente, no quadro de uma “aliança operário-camponesa”. Daí decorrem julgamentos depreciativos em relação aos camponeses, considerados como embrutecidos, ignorantes e ingênuos, como “batatas em um saco” (MARX em “O 18 Brumário”). Além disso, após a revolução do 1930, vivia-se no país um ambiente político de sobrevalorização do urbano - o novo, o moderno, o cosmopolita, o progressista – em detrimento do rural. Outro fator é que a maioria dos dirigentes do Partido no Paraná, como nos outros estados, era de cidadãos. Por fim, é bom lembrar que este sindicalismo rural nasceu das “uniões gerais dos trabalhadores”, que eram

ecléticas e urbanas. Imitá-las, portanto, parecia “natural”, “lógico”, quase que obrigatório.

Assim, estes sindicatos “rurais” apresentavam uma estruturação interna, os postos de direção, a divisão das tarefas, os mecanismos de representação, de eleição, de consulta dos associados semelhante ao movimento operário. Mais à frente, estes traços urbanos serão reforçadas pela intervenção do Governo, que imporá uma estrutura sindical segundo o mesmo modelo.

As datas “históricas” do proletariado industrial eram sempre motivo para comemoração no sindicalismo rural. O calendário do movimento operário era utilizado como referência obrigatória. Assim, a partir de 1956, em coerência com suas “origens proletárias”, os jovens sindicatos de Londrina e Maringá participavam nas festas do Primeiro de Maio. Originadas pelas mesmas práticas sindicais citadinas, as greves eram propostas - e às vezes seguidas - nas áreas rurais: greves localizadas nas fazendas, como aquelas que ocorreram nas propriedades da família Moreste (Mandaguaçu, 1963), contra o atraso de cinco meses nos pagamentos; greves de longa duração como na fazenda São José, dos irmãos Moreschi - “latifundiário, os mais terríveis da região” - (Maringá, em 1963), que durou mais de 50 dias; greves gerais, como aquela organizada em 1957, por ocasião da colheita do café. (entrevista 5)

Nos anos 50, apesar da sua determinação em se implantar no meio agrícola, o “Partidão” ainda continuava sendo essencialmente um partido urbano e fracamente enraizado nas “massas populares”. Em 1953, segundo a opinião cáustica do jornal conservador francês “Le Figaro”, o comunismo brasileiro não passava de um “comunismo de colarinho branco” e seus militantes seriam “revolucionários de salão”. Nas reuniões do PCB, alguns dirigentes do Paraná reconheciam que o Partido visitava os bairros populares somente “em dia de eleição”. Segundo os militantes, em Maringá, o partido “era só de cúpula” e, em Londrina, haviam “9 pequeno-burgueses para cada operário”. Em conseqüência, o Partido sequer distinguia seus militantes rurais dos não-rurais. Na falta de efetivos de origem camponesa, freqüentemente quadros de classe média urbana chefiavam ativistas do campo. Em Maringá, os médicos Salim Haddad e Dirceu Galli participavam das reuniões públicas do sindicato dos “trabalhadores

rurais”. Em Londrina, o também médico Newton Câmara desempenhava um papel parecido. Muitas vezes, as assembleias de fundação dos sindicatos eram dirigidas por cidadãos, este foi o caso de Centenário do Sul (entrevistas 7 e 10). Esta prática paternalista do urbano mais à vontade frente ao rural tido como menos preparado, marcará significativamente o sindicalismo brasileiro até hoje.

O assistencialismo

Desde o seu nascimento, o sindicalismo rural brasileiro dará muita atenção à prestação de serviços para os filiados, de vários tipos, entre os quais mereceu uma posição de relevo a assistência à saúde. O “assistencialismo”, espécie de benevolência sindical, será a marca registrada dos sindicatos pós-64. A falta de uma estrutura estatal de seguridade social, a ausência de uma responsabilidade formal neste sentido por parte dos empregadores, aliada ao precário poder aquisitivo dos lavradores, resultaram num acesso difícil – para muitos, impossível – aos serviços de saúde (médicos, hospitais, ambulatórios e dentistas). A tal ponto que a ampliação da seguridade social para o pessoal da agricultura constituiu uma das primeiras reivindicações do recém-nascido sindicalismo. Na ausência de uma resposta positiva, em pouco tempo o sindicato tratou, ele mesmo, de preencher esta lacuna. Talvez isto não passasse de uma medida temporária, mas logo se revelou um excelente meio para atrair agricultores e assalariados para o sindicalismo. Assim, para além da “luta reivindicativa”, gabinetes médicos e odontológicos foram instalados nos sindicatos; foram assinados convênios com hospitais, médicos e dentistas. Em Maringá, pelo menos três médicos, Dirceu Galli, Salim Haddad e Osvaldo Alves, trabalhavam para o sindicato. Dirceu Galli conta que oferecia consultas, cuidava dos doentes, assistia a partos: “a minha clínica já era um órgão do sindicato .. e tudo era gratuito”. Da mesma forma, o médico Salim “assistia às pessoas que precisavam”, “os agricultores”, na sua clínica. Até 1964, o sindicato de Maringá tinha patrocinado em torno de 1800 consultas médicas para os filiados (entrevistas 7 e 6). Os sindicatos comunistas foram, portanto, os iniciadores destas práticas assistenciais. Dez anos depois, esta atividade

ganhará em importância, chegando a transformar as organizações sindicais em meros escritórios de prestação de serviços para os associados.

Os congressos camponeses do Paraná

A partir de 1960, numa demonstração de força política, o sindicalismo rural comunista preparou reuniões de âmbito estadual. Ora, pela primeira vez se promoviam encontros – contando com a participação efetiva de lavradores e de trabalhadores rurais oriundos de diferentes pontos do Paraná - com o objetivo de discutir assuntos de seu interesse. Desta forma, foram organizados dois “congressos dos trabalhadores rurais”, primeiro em Londrina e em seguida em Maringá. (entrevista 5)

De 5 a 7 de agosto de 1960, o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina - com a colaboração de Maringá – realizou aquele que ficou conhecido como o “Primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná”. “Um dos maiores eventos na vida sindical e rural” do Brasil - segundo um dos organizadores -, o conclave reuniu 307 “trabalhadores rurais” inscritos, representando os assalariados, os meeiros, os trabalhadores de empreitada e os posseiros de mais de 200 fazendas do estado. Entre os convidados estavam presentes “algumas autoridades” e “alguns camponeses de Pernambuco das famosas ligas camponesas”, entre os quais seu número um, Francisco Julião em pessoa, símbolo indiscutível da relevância da reunião. (entrevistas 4 e 5)

Divididos em cinco comissões, os congressistas debateram sobre: o “regime feudal”, que grassava nas áreas rurais; salário mínimo; férias; aviso prévio em caso de demissão; descanso semanal remunerado; ausência de uma legislação trabalhista completa e adequada à vida rural; direito à previdência social. Eles demandavam o acesso ao crédito para os agricultores sem terra, o desenvolvimento da indústria de tratores e de implementos agrícolas, preço mínimo para seus produtos, reforma agrária e o reconhecimento dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho. Nessa época, nenhum sindicato rural do Paraná havia sido legalizado pelo Governo. Fato

revelador da obediência às diretrizes comunista, foram incluídas reivindicações patrióticas como: uma política nacionalista, dinâmica e desenvolvimentista, visando libertar o país do “imperialismo internacional e escravista” e a defesa da Petrobrás, da Eletrobrás e das riquezas minerais. Em resumo, segundo um porta-voz comunista, “a consciência e o valor da classe camponesa” foram reafirmados.

O “Segundo Congresso dos Lavradores e dos Trabalhadores Rurais do Paraná” ocorreu em Maringá, de 12 a 15 de agosto de 1961. Mais de dois mil delegados eleitos estavam presentes.(entrevistas 1, 4, 5 e 10)

Entre os convidados, participaram o senador Nelson Maculano, os deputados federais Josué de Castro e José Silveira, os deputados estaduais Leo de Almeida Neves, Amaury de Oliveira e Silva e Valdemar Daros, o presidente da Associação dos Produtores de Café do Paraná (Roberto Celidônio), o juiz de Maringá, o presidente da União dos Estudantes do Paraná e representantes de “todos os sindicatos” do estado, da ULTAB, do PSB (general Agostinho Pereira), do Conselho Municipal de Maringá (Arion Ribeiro de Campos), da “quase totalidade” da imprensa e inclusive da ONU. A presença deles era um indicador de que o sindicalismo rural de orientação comunista estava, enfim, conquistando um lugar no jogo político institucional. Em particular, a participação do Nestor Duarte, representando o Presidente da República, demonstrava as mudanças – sem dúvida favoráveis - nas relações entre o Governo Federal e os sindicatos. Sinal revelador de uma política um pouco mais tolerante em relação à esquerda, o Presidente Jânio Quadros tinha, recentemente, reatado as relações diplomáticas com a União Soviética e os “países satélites”. Medida aplaudida, na ocasião, pelo PCB. (entrevistas 1, 4 e 5)

A presença da figura emblemática de Francisco Julião revelava a busca de unidade dentro do movimento camponês (entrevista 6). Enfim, o congresso, sob a presidência de Nestor Vera - dirigente nacional comunista - demonstrava que o PCB do Norte do Paraná não se constituía em um braço autônoma do partido, o comando do Comitê Central se fazia presente, em que pese as fricções e as divergências com os paranaenses.

O diagnóstico elaborado pelo Congresso não se mostrava otimista: um Paraná onde o latifúndio dominava $\frac{3}{4}$ da superfície e onde 80 % dos camponeses não possuíam terra, era um “barril de pólvora”, sobretudo na região norte. O deputado Julião tentava dar um tom mais radical ao evento. Segundo o chefe das ligas do nordeste, “o caminho do Brasil é o caminho de Cuba”:

“Acredito que nosso lema deva ser: “Reforma Agrária ou revolução!”... Para as forças reacionárias que infestam o país, é melhor perder um pouco hoje, do que perder tudo no futuro”. (entrevistas 4 e 5)

Todavia, para além da exigência de uma “reforma agrária radical capaz de eliminar o monopólio das terras”, o Congresso cobrava mudanças nas relações de trabalho como salário mínimo, descanso semanal e férias pagas.

Entretanto, este teria sido apenas mais um congresso camponês, não fosse o conflito ocorrido com os fieis da Igreja Católica, o que lhe conferiu um caráter espetacular. Mas, como por ironia da história - na verdade expressando uma nova relação de forças política – o evento promovido pelos comunistas só pode ocorrer graças à ajuda providencial da polícia militar, sob as ordens do Governo Federal. Apesar das pressões feitas pela Igreja, o Presidente da República apoiou o Congresso:

“Jânio Quadros nos deu um grande apoio Jânio manteve uma posição correta ... Sem isso, nós não teríamos podido realizado o congresso! Nos teriam massacrado Nós conseguimos colocar a polícia do nosso lado ... contra os padres Não tivemos uma carnificina graças ao Presidente da República”. (entrevistas 1, 4, 5 e 3)

Assim, contra a vontade dos “servos de Deus” e apoiada pelas forças de repressão, a reunião conseguiu chegar ao seu final. Este Congresso representava um momento importante do sindicalismo de tendência comunista: de afirmação em relação aos adversários políticos; e de afirmação dos militantes do PCB como porta-voz dos lavradores e dos assalariados agrícolas presentes. Por extensão, eles pretendiam tornar-se também representantes dos que ali não estavam, quer dizer, do conjunto do campesinato paranaense. Mais do que um espaço de reflexão, de elaboração e de

tomada de decisões políticas, este congresso funcionava como lugar de acumulação de energias, espécie de bateria política. Olhando-se cara a cara, escutando-se uns aos outros, encontrando aqueles que os ouviam e os aplaudiam, os sindicalistas saíam do isolamento. Momento mágico, a “classe” sonhada e representada tornava-se concreta, visível e audível. A possibilidade igualmente de entrar em contato direto com seus “ídolos” políticos transformava esses militantes verdadeiros fãs. Atribuindo às lideranças todas as qualidades que lhes faltavam, esses militantes imaginavam preencher suas carências políticas. Desta forma, podiam voltar para suas casas mais confiantes, mais seguros de si, mais confiantes de sua missão e de sua boa causa.

A Federação sindical dos comunistas

Os sindicalistas do “Partidão” tinham pressa. Em pouco tempo eles sentiram o concorrência de outras forças políticas – notadamente dos católicos -, também desejosos de comandar o campesinato. O PCB, então, elaborou um plano para fundar sindicatos “em todos os municípios, antes da Igreja”. Ora, este impulso na sindicalização, somado aos congressos estaduais permitiram mais um passo rumo à hegemonia no sindicalismo rural: a fundação da Federação dos Trabalhadores da Lavoura do Estado do Paraná, no primeiro semestre do 1963. Mais uma vez, tratava-se de uma iniciativa independente dos militantes do norte do estado: “isto foi por nossa conta. Depois de ter fundado, nós comunicamos e eles (a direção do PCB) acharam que estava certo”.(entrevista 5)

A fundação foi simples, discreta e um pouco precipitada. Um pequeno anúncio nos jornais da capital informava do evento. Em Maringá, uma modesta reunião de presidentes de apenas 8 sindicatos do norte do estado decidiu, então, criar a federação sindical, votando seu estatuto e elegendo sua diretoria: Antônio Mendonça Conde, presidente; José Rodrigues dos Santos, secretário e Arlindo Pereira da Silva, tesoureiro. Em seguida, no dia 20 de julho do mesmo ano, aquela que foi, segundo José dos Santos, “a primeira federação dos trabalhadores rurais do Brasil” recebia sua carta sindical.(entrevistas 4 e 5)

Porém, a disputa não se limitava a uma concorrência para constituir sindicatos aqui e acolá. O objetivo final da corrida pela sindicalização estava na conquista da confederação nacional: “a necessidade, a urgência da federação tinha a ver com a fundação da confederação... para fazer número”. Assim, era preciso apressar-se, ter o controle de muitas federações estaduais, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, afim de segurar a maioria dos votos no congresso de constituição da confederação. Então, a razão principal pela criação da Federação do Paraná – de resto, parecido com o que acontecia em outros estados - não era o interesse local ou regional. O verdadeiro o objetivo maior era o controle do sindicalismo rural em termos nacionais.

No entanto, esta Federação, que no plano nacional era muito mais um instrumento político, não teve a oportunidade de estruturar-se e de estabelecer-se realmente. O tempo lhe fez falta - o golpe militar abortou todas as possibilidades de ação. Os limitados esforços voluntaristas do presidente da Federação que, vendeu seu sítio, mudou-se para Curitiba e montou uma modesta sede na rua José Loureiro, 133, 17º andar, revelaram-se insuficientes. Ele chegou a organizar, em nome da entidade, algumas reuniões sindicais, como o “1º Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores na Lavoura do Paraná”, em Apucarana; promoveu a fundação de alguns sindicatos; participou de algumas reuniões com empregadores, como a que teve lugar na Câmara Municipal de Londrina. Mas estas atividades no interior o impediam de ficar na sede. Deste modo, antes do 1964, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná era quase sinônimo de Antônio Conde, ele era a personalização da organização. Testemunho da insipiência deste órgão, Gregório Parandiuc e Salim Haddad, ex-militantes comunistas de Maringá, hoje nem se lembram mais da existência da Federação.(entrevistas 1, 7 e 5)

O papel dos advogados

No sindicalismo brasileiro, sempre existiu um personagem, às vezes enigmático, às vezes carismático, geralmente nos bastidores, mas sem dúvida central: o advogado. O mito do “doutor”, do “intelectual”, do “homem que conhece e faz cumprir a lei”, que “enfrenta os patrões”, o “intocável”, ou até “o profeta”, foi

essencial tanto na constituição quanto no cotidiano do movimento sindical. Lembremo-nos da figura do advogado Francisco Julião do nordeste do país, bem em evidência naquela época. Assim, a assistência jurídica tem sido um traço fundamental do sindicalismo brasileiro. Todos os sindicatos, inclusive os mais modestos, ofereciam - e ainda oferecem - a seus filiados os serviços de assessoria jurídica, seja por meio de advogado(s) da própria organização sindical, seja de um profissional independente. Em geral, o “jurídico” não passava de um pretexto para transformar o bacharel em mentor intelectual, em conselheiro ou até mesmo em direção política. Deve-se atribuir este fenômeno por um lado, ao surgimento de um novo e promissor filão de atuação para os advogados, abrindo novas perspectivas profissionais, econômicas e, no limite, políticas (entrevista 7). Por outro lado, às deficiências de escolarização e de preparo político, por parte daqueles oriundos do povo do campo, principalmente no início da campanha de sindicalização.

Não fugindo à regra, a partir das primeiras manifestações do sindicalismo rural no Paraná, um lugar importante foi reservado aos advogados, em particular àqueles que tinham ligações com o “Partidão”. Seus escritórios serviram, ao mesmo tempo, como polo de atração das camadas sociais dominadas, como local difusor das propostas comunistas e como organizador da militância. Em Londrina, no centro deste trabalho político estava Flávio Ribeiro, advogado especialista em direito trabalhista, tendo adquirido experiência na época da guerra de Porecatu. Ele era “o advogado dos camponeses”, o homem que lidava com “a defesa do trabalhador”, se apoiando na Consolidação das Leis do Trabalho e no Código Civil. A atividade de Flávio Ribeiro incluía o recebimento daqueles que chegavam das zonas rurais, mas também envolvia incursões suas no campo, promovendo encontros entre colonos e assalariados nas fazendas de café.

A área de atuação de Flávio Ribeiro, que contava com um grupo de auxiliares, cobria vários municípios nos arredores de Londrina. Exemplo disto, Nova Fátima, onde os advogados Jairo Regis e Raul Santos, “ostensivamente dirigiam o movimento” do sindicato local.

Outros bacharéis labutaram em favor da “causa dos trabalhadores” e escolheram como seus redutos outros municípios: Jorge Haddad em Maringá e Mandaguari; Newton Pereira em Campo Mourão; Osny Rebelo e Manoel Silva em Porecatu; Manoel Alberto de Azevedo Coelho em Jandaia do Sul; e Joaquim Monteiro da Nobrega em Nova Esperança. Ainda que o indivíduo não fosse diplomado em direito, mas o simples fato de dominar o “jurídico” lhe abria muitas portas, era o mais importante. O contador Bonifácio Martins era muito valorizado por seus camaradas comunistas maringaenses, porque ele “sabia mais ... ele conhecia todas as leis”.(entrevistas 1, 12 e 3)

Por isso a função - muitas vezes política - dos advogados acabou imprimindo aos sindicatos um ritmo e um estilo de condução bem peculiar, onde o “jurídico”, o “legal”, “os direitos” tinham uma posição central na vida sindical. Desde a sua criação, estas organizações foram, portanto, impregnadas por estes atributos legalistas. A preocupação primeira e a mais importante era sempre a de satisfazer as leis em vigor, visando a obtenção do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. A assembléia de fundação da organização tinha este objetivo principal. Ela era cuidadosamente preparada, tendo em conta todos procedimentos determinados pela lei: formas e prazo de convocação, composição da diretoria, forma de eleição, conteúdo das atas, etc. Por exemplos, em Nova Fátima, a agenda do dia da assembléia era a seguinte: “autorização para o reconhecimento do Sindicato no Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comercio, de acordo com a Portaria Ministerial n.º, de 1 de março de 1945”; em Jandaia do Sul, “reconhecimento do sindicato no Ministério do Trabalho e da Previdência Social”. Em seguida, os estatutos “discutidos” e adotados eram freqüentemente a réplica do modelo definido e imposto pelo Governo. Neste estatuto padrão, a entidade sindical declarava-se favorável à “colaboração com os poderes públicos”, “à solidariedade social”, a sua “subordinação aos interesses nacionais” e comprometia-se a “respeitar ... a lei e acatar as autoridades constituídas”.

Em conseqüência, a atividade diária destas organizações centrava-se na ação legal. Um caso típico: o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, desde a fundação se preocupava com as queixas dos empregados das fazendas contra seus patrões. E foi isto que popularizou o sindicato. Geralmente os reclamantes

expunham seus problemas e assinavam uma reclamatória trabalhista. Esta reclamatória era preenchido pelos advogados com as demandas e justificativas e enviadas ao Fórum local. “Choveram reclamações trabalhistas” nos Fóruns de Londrina e dos municípios vizinhos. No Fórum de Mandaguari existiam mais de 400 processos abertos pelo sindicato. Mas estas reclamatórias eram na sua maioria proteladas, arquivadas ou simplesmente recusadas. Segundo um militante comunista, a Justiça ficava na maior parte dos casos do lado dos fazendeiros, “por causa do medo”.(entrevistas 4 e 5)

Mas o que importava mais era o fato em si mesmo, com suas repercussões e seus dividendos políticos e simbólicos. Simplesmente, dado o volume das reclamatórias, estes processos originalmente jurídicos logo ganharam uma dimensão política. A recusa sistemática dos tribunais podia constituir uma munição ideológica para combater a “não independência dos três poderes” e a “justiça burguesa”.

No que diz respeito às reivindicações, os trabalhadores ou - mais exatamente - os advogados em nome deles, demandavam “o respeito aos seus direitos” ao salário mínimo, às férias remuneradas, ao décimo terceiro salário, ao aviso prévio em caso de demissão, ao descanso semanal remunerado e ao correto preenchimento das cadernetas dos colonos; a aplicação, ponto por ponto, da legislação trabalhista em vigor, mesmo que estas exigências eram seguidamente contestadas pelas elites. Em resumo, reivindicava-se uma legislação trabalhista “completa e adequada à vida rural”.

A busca de negociação com os empregadores fazia parte do trabalho destes jovens sindicalistas comunistas. Eles praticavam uma política “de boa vizinhança”, “não sectária”, segundo eles. Assim, em agosto de 1961, o sindicato de Maringá assinou o primeiro contrato coletivo de trabalho rural da região. Naquela tempo, o fato de reunir-se com os representantes dos empresários, todos “reacionários, terríveis, todos de direita” e o bispo de Londrina, dom Geraldo Fernandes, era uma verdadeira proeza.(entrevistas 4 e 5)

Também nas mobilizações da base o aspecto “legal”, “os direitos” eram valorizados. Durante um conflito que surgiu nas terras dos irmãos Moreschi, o sindicato, por meio de seu advogado, Jorge Haddad, “cumprindo sua missão”, moveu

uma ação de indenização. “Os trabalhadores” estavam dispostos a deixar a propriedade só depois de terem recebido “aquilo que eles tinham direito”. Igualmente, “a orientação e esclarecimentos sobre as leis que protegem os trabalhadores do campo” ocupavam um lugar central na formação sindical.

Progressivamente, institucionalizava-se um ritual jamais visto no norte do Paraná: a peregrinação dos senhores da terra ao sindicato ou - pior - ao Tribunal, que exigia explicações, recriminava, julgava, e de vez em quando os condenava a pagar seus empregados. Mesmo a Igreja Católica não escapou deste novo rito. E o fato de conseguir acordos com os empregadores constituía um indicador de eficácia do sindicato: em Maringá, até o golpe militar, foram obtidos “mais de 600 acordos através dos advogados”(entrevista 2).

O domínio sindical comunista

Ao longo dos anos 50 e início dos anos 60, o Partido Comunista estabeleceu-se efetivamente nos campos e sertões do norte do Paraná. A guerrilha de Porecatu tinha significado o início da instalação comunista na região, depois com a formação da formidável rede de organizações sindicais, o partido enraizou-se nessas terras roxas do Sul do Brasil. O “Partidão” constituiu-se, assim, no elo de ligação entre o movimento de guerrilha e o posterior sindicalismo. Ainda mais que os simpatizantes e os militantes comunistas, oriundos do conflito de Porecatu, tiveram um papel de ponta na constituição das primeiras organizações que pretenderam arregimentar o campesinato paranaense. No final, esta corrida à sindicalização foi premiada pelo triunfo dos comunistas sobre as demais forças políticas, com a fundação da Confederação nacional, a CONTAG. Foi, portanto, em torno do “Partidão” que se constituiu a primeira corrente do sindicalismo rural. Para alcançar esta posição, o PCB teve que abandonar a política radical pregada pelo Manifesto de agosto de 1950, que propunha a luta armada, e assumir posições mais aceitáveis para a opinião pública, especialmente aos olhos das elites. Ao mesmo tempo, os marxistas foram obrigados a fazer concessões em seus dogmas políticos, se adaptando ao ambiente sociocultural. Também mostrou-se necessária e útil a ampliação de sua influência junto aos centros

do poder. Por meio do “trabalhismo”, os comunistas conseguiram fazer-se ouvir muitas vezes nas Câmaras Municipais, assim como estabelecer relações privilegiadas - jamais vistas - junto ao Governo Federal, em especialmente o Presidente João Goulart e seu Ministro paranaense, Amaury Silva.

Contudo, sobretudo no início da sindicalização, para vencer a inércia, os jovens sindicalistas do Paraná tiveram que enfrentar obstáculos de todos os tipos. As primeiras resistências ao projeto de sindicalização rural vieram do interior próprio aparelho partidário do PCB. Em seguida, por ocasião da criação dos primeiros sindicatos (de Londrina e de Maringá), no momento de fundação da Federação estadual e de escolher a diretoria da Confederação nacional, aumentaram os choques opondo o Comitê Central aos militantes do norte do Paraná. Assim, o partido de tradição estalinista, muitas vezes percebido como um bloco monolítico, desvendou suas contradições internas. Paralelamente, brotaram inúmeras forças externas de oposição à ação do Partido. Isto porque, apresentando-se como porta-voz dos lavradores e dos assalariados agrícolas, os comunistas desafiavam o poder secular das oligarquias rurais. O PCB procurava, na verdade, apesar de sua clandestinidade, conquistar um lugar - ainda que minoritário - no campo político. As classes patronais, sustentadas pelo aparelho repressivo do governo do estado, obstaculizavam de todas as formas. Mais tarde, será a Igreja Católica do Paraná, de tendência conservadora, que acorrerá em auxílio aos grupos dominantes. O clero organizará seu próprio movimento sindical, com a finalidade de reduzir as baixas em seu rebanho e, principalmente, para freiar o avanço comunista. Porém, não sem contradições, o Partido Comunistas soube ultrapassar ou contornar estes obstáculos que surgiram no seu caminho no Paraná. Constituindo a maioria dos sindicatos, criando a primeira federação sindical e impondo a fundação da Confederação nacional, os sindicalistas comunistas derrotaram seus adversários, em particular os cristãos. Foi, portanto, ao redor do PCB - seja por sua intervenção direta, seja pelas reações provocadas - que o sindicalismo rural do Paraná se formou. Assim, o “Partidão” considerava-se o porta-voz autorizado e incontestado dos “trabalhadores rurais” paranaenses, e também brasileiros. Porém, o golpe militar de abril de 1964 porá um fim à supremacia comunista no sindicalismo rural, transformando os sindicatos em meros apêndices do Estado.

Entrevistas Citadas

- 1 Gregório Parandiuc - ex-diretor do sindicato de Maringá
- 2 Gregório Parandiuc - ex-diretor do sindicato de Maringá (realizada pelo Projeto Memória)
- 3 Moacyr Ferraz - ex-presidente da UGT Campo Mourão (realizada por Salvador Ferraz)
- 4 José Rodrigues dos Santos - ex-presidente do sindicato de Maringá
- 5 Antônio Mendonça Conde - ex-presidente da FETAEP
- 6 Dirceu Galli – médico e ex-militante comunista de Maringá
- 7 Salim Haddad - médico e ex-militante comunista de Maringá
- 8 Tadeu Boddy - assessor da FETAEP
- 9 José Lázaro Dumont - ex-presidente da FETAEP
- 10 Pe. Osvaldo Rambo ex-dirigente da FAP
- 11 Lauro Vilas-Boas - ex-diretor da FETAEP
- 12 Onofre Pimenta - ex-presidente do sindicato de Nova Esperança)

Bibliografia de Interesse

PRIORI, Angelo. **O Protesto do Trabalho**: História das Lutas Sociais dos Trabalhadores Rurais do Paraná: 1954-1964. Maringá: Eduem, 1996.

AZEVEDO, Fernando . As ligas camponesas: campesinato e política - 1955-1964. Recife, PIMES. 1980. 140 p.

- BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart : as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 5^a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978. 187 p.
- CHILCOTE, Ronald H. Partido Comunista Brasileiro - conflito e integração - 1922-1972. Rio de Janeiro, Graal. 1982. 413p.
- CORRÊA, Hercules. A classe operária e seu partido. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1980. 247 p.
- FERREIRA, Angela Duarte Damaceno. Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná. Região de Porecatu 1940-1952. Curitiba, UFPR. 1984. 243 p. (tese de mestrado)
- FÜCHTNER, Hans. Os sindicatos brasileiros - organização e função política. Rio de Janeiro, Graal. 1980. 259 p.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 3^a ed. Petrópolis, Vozes. 1986. 185 p.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. 1989. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE.
- TONELLA, Celene e outros. As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos. Maringá, Eduem. 1999. 108 p.
- VERA, Nestor. "O II Congresso camponês em Maringá". Revista Brasiliense. (37) set-out 1961: p. 62-65.